

Especial Mulheres

março de 2017

Neste 08 de março, em que celebramos o DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES, fiquemos em alerta para a grave presença de forças conservadoras nos espaços de poder da sociedade. Os efeitos dessa incursão são sentidos em várias frentes, como na violação do Estado laico e nos empecilhos criados para o debate público sobre os direitos de nós, mulheres, dos homossexuais e de todas as minorias.

DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES

Lutaremos pela igualdade nas relações de gênero na sociedade porque reconhecemos a capacidade das mulheres de tomarem decisões livremente em todos os campos de suas vidas. Além das mulheres, nossas energias também estão direcionadas para os segmentos historicamente perseguidos, como as negras e LGBTs. Acreditamos que é essencial o fortalecimento destes grupos sociais, organizados ou não, para que possamos construir uma sociedade plena de direitos, livre de qualquer tipo de preconceito e violência.

Não estamos sozinhas nesta luta

Desde que foi criado em 2012, a partir do rico processo de discussão nas bases, o COLETIVO DE MULHERES PETROLEIRAS DA FUP sempre esteve presente nas lutas e reivindicações da categoria.

Os encontros regionais e nacionais ajudaram a consolidar as bases do coletivo. Também estamos organizadas nos movimentos sociais e feministas, participando das marchas e organizações de entidades nacionais, como a CNQ, CUT e CTB.

O I Encontro Nacional, em 2013, foi o momento de reafirmação da capacidade de organização da mulher petroleira. Agora, em 2017, realizaremos o 5º ENCONTRO DAS MULHERES PETROLEIRAS DA FUP, que ocorrerá de 07 a 09 de abril de 2017, em Curitiba, no Paraná, sob a organização dos sindicatos Sindipetro PR/SC e Sindiquímica PR. O evento contará com uma agenda intensa de atividades de reflexão e construção das mudanças necessárias em nossa sociedade, no âmbito do trabalho e no sindicalismo, para que cheguemos à igualdade.

O evento contará com um público de aproximadamente cem mulheres, entre dirigentes e mulheres da base.

Com o tema central “Contra o Avanço do Conservadorismo”, as petroleiras e petroquímicas irão analisar a conjuntura nacional e internacional sob o espectro do avanço do conservadorismo. A pauta será sobre os tipos de violência e feminicídio, a participação política feminina, sindical, educação para igualdade e questões raciais. Os debates serão sobre a Reforma da Previdência, sexualidade e controle sobre nossos corpos, além do tema da organização sindical.



O evento destaca a figura da ENEDINA ALVES MARQUES (Curitibana, 1913 – 1981). Ela foi a primeira engenheira negra do Brasil, formada em 1945, e a primeira mulher a concluir a graduação de engenharia no estado do Paraná.

Filha de doméstica, ela foi criada na casa da família do delegado e major, que eram patrões de sua mãe. Trabalhou como professora em cidades no interior do estado. Nasceu de uma gente humilde, era a única menina em uma casa de dez filhos. A mãe Virgília, a dona Duca, ganhava uns trocos como lavadeira, enquanto seu pai, Paulo, nunca deu nenhuma assistência, estando na categoria “saiu para comprar cigarros”, sem retornar.

A mulher baixinha e durona, sempre soube se impor entre os homens – com os quais gostava de beber cerveja. Formada aos 31 anos, já no trabalho como engenheira, ela ia à barragem vestida de macacão surrado, e – quando preciso – levava uma arma na cintura e mandava tiros ao alto para se fazer respeitar pelos operários, que resistiam obedecer uma mulher, que dirá negra. Custou, mas ela se fez ouvir.

Em 1961, o sociólogo Octávio Ianni a entrevistou para a pesquisa “Metamorfoses do escravo”, financiada pela Unesco. No ano seguinte, Enedina aposentou-se pelo governo do estado como procuradora respeitada por sua contribuição à autonomia elétrica do Paraná, sendo reconhecida por seus feitos como engenheira. Vaidosa, ela passou a desfrutar de uma vida repleta de luxos, em um enorme apartamento, além de viajar ao redor do mundo.

Apesar de sua figura ser pouco lembrada, ela é uma heroína perfeita para um longa-metragem.

Confira a programação na última página.

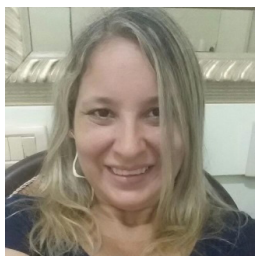


Liberdade e direitos sob a mira do conservadorismo

Leia na página 3

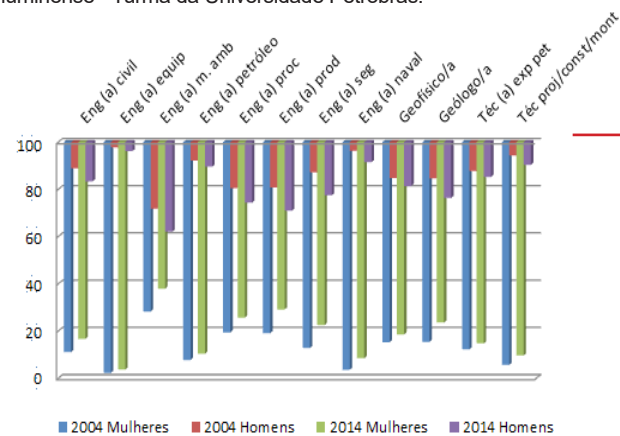


Indicadores femininos em prol do empoderamento feminino na Petrobrás



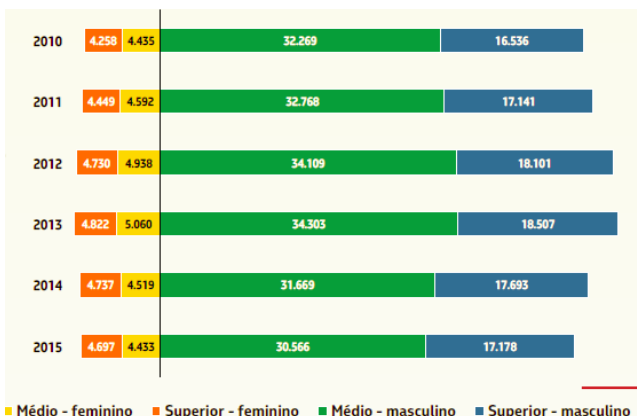
Carla Almeida, mestrande em Sistemas de Gestão, com ênfase em Responsabilidade Social pela Universidade Federal Fluminense - Turma da Universidade Petrobras.

A Subcomissão de Diversidade de Gênero e Raça da Petrobrás, em parceria com o Coletivo de Mulheres Petroleiras, busca a garantia da gestão das políticas internas de gênero da companhia, em cumprimento das legislações pertinentes, tratados e pactos internacionais, bem como o fortalecimento de princípios da ONU em prol do empoderamento feminino. Isso tem ampliado a visibilidade das petroleiras favorecendo o engajamento desse público em cargos antes masculinizados. Essa mudança de perspectiva pode acarretar em uma melhoria salarial, aliada ao maior número de mulheres ingressando em cargos de nível superior.



Evolução de percentual de carreiras selecionadas por gênero 2004 - 2014

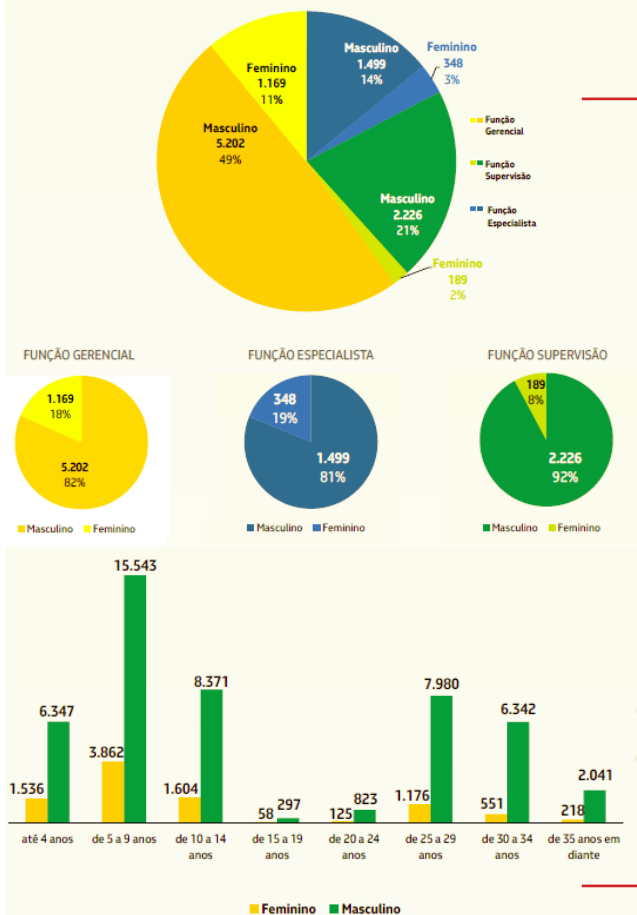
A força de trabalho tem se renovado e, após uma década, as petroleiras já representam 17,5% do efetivo, distribuídas em diversos cargos e presentes em todas as áreas da empresa. Os indicadores assinalam que algumas barreiras já começam a ser transpostas. Um dos facilitadores tem sido o programa de capacitação, que tem contribuído para a ascensão desse público em cargos decisórios, de liderança, a favor do empoderamento feminino no trabalho. Contudo, novas pesquisas e análises são necessárias para a construção de um diálogo participativo que alcance o resultado almejado.



Evolução do efetivo por gênero e nível

Funções gratificadas por gênero

O gráfico indica que, de acordo com percentual feminino no Sistema Petrobras, de 17,5%, a holding está bem representada nas funções gerenciais: um total de 18%, e de especialista 19%. Apenas nos cargos de supervisão estamos abaixo da nossa representação, com cerca de 8%. É claro que ainda temos muito a avançar, mas as políticas internas da empresa, aliadas às políticas públicas, procuram incentivar o grupo para caminhar em direção ao topo de suas carreiras, aumentando a representatividade e a voz das petroleiras. No geral, estamos com um percentual de aproximadamente 16% do efetivo feminino distribuído em funções gratificadas. Fonte: Petrobras



Tempo de companhia por gênero

É NECESSÁRIO FORTALECER A FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIRXS COM A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES



A igualdade passa pela mudança na cultura e na forma de organização. Nossa pauta passa a ser efetivamente conjunta quando nos inserimos na organização FUP, que nos representa.

O aumento do conservadorismo e o avanço neoliberal exigem um apoio e resistência ainda maiores de entidades importantes, como a FUP, para fortalecimento do embate. Para isso, defendemos a adoção de políticas de cotas de gênero na nossa federação, como forma de romper com o patamar de exclusão que as mulheres sofrem na sociedade e nas organizações sindicais. Para nós, do Coletivo de Mulheres Petroleiras Fupista, a criação da Secretaria da Mulher Trabalhadora do setor petróleo é inadiável. O retardo desse processo é inconcebível, ainda mais, diante da atual conjuntura. Quem sabe, para alguns, seja fácil dizer "ESPERE". Porém, quando assistimos apenas homens tomarem posse na direção da Federação Única dos Petroleiros, em contraste com a realidade de uma categoria constituída por homens e mulheres, é possível, rapidamente, que todos compreendam a dificuldade. "ESPERAR"? Até quando?

Rosângela Maria | Coordenadora do Coletivo de Mulheres Petroleiras da FUP e Diretora de Gênero do Sindipetro-BA.



Ampliar e fortalecer a organização do sindicalismo petroleiro são necessidades da categoria petroleira, além de se constituírem em uma exigência da luta de resistência para interromper o golpe, recompor a soberania nacional e o Estado democrático de direito.

A criação da FUP, em 1994, foi fundamental para os trabalhadorxs petroleirxs na defesa dos direitos e de suas conquistas, assim como foi determinante na luta nacional que derrotou o projeto neoliberal dos anos 90.

A ampliação e o fortalecimento da FUP passam, necessariamente, pela capacidade de organizar e representar a totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras do setor de petróleo e gás, tornando-se, desta maneira, essencial a incorporação efetiva das trabalhadoras petroleiras. A compreensão dessa exigência implica na construção de estratégias capazes de superar os obstáculos que dificultam a participação feminina no sindicalismo, desde a formulação das pautas até a construção da liderança, que não se constitui em aptidão inata masculina.

O primeiro passo nesse sentido foi a criação do Coletivo Nacional de Mulheres Petroleiras e sua incorporação nos fóruns de negociação. O passo seguinte precisa ser a adoção da política de cotas de gênero, conforme decisão de 1993 da CUT, central a qual a FUP é filiada.

Assim, o 17º CONFUP tem o grande desafio de corrigir essa defasagem no estatuto da federação, o que implica na criação da Secretaria da Mulher Petroleira da FUP, a adoção da cota de gênero a ser aplicada na eleição da próxima diretoria, neste CONFUP.

Fafá Viana | Vice-coordenadora do CNMP e diretora da secretaria de finanças do Sindipetro-RN.

Liberdade e direitos sob a mira do conservadorismo

O avanço do ideário conservador no país ameaça a configuração democrática do Estado brasileiro e todas as conquistas sociais dos segmentos mais vulneráveis, notadamente aqueles advindos da ampliação das políticas públicas e da busca pela universalização dos serviços.

A repercussão interna da crise econômica mundial e as dificuldades do governo brasileiro em responder as demandas decorrentes constituem-se na base de ampliação de um movimento conservador, que desconsidera o passado e o futuro em nome do “presente democrático” e se contrapõe às mudanças que possam alterar o padrão de acumulação de capitais.

O avanço do conservadorismo no Brasil atual impactou o resultado eleitoral de 2014, quando se alterou a correlação de forças no poder legislativo federal, estadual e no poder executivo da maioria dos estados. A mudança na correlação de forças políticas alterou a pauta política nacional e, em 2016, interrompeu o ciclo político iniciado em 2002, dando início ao

movimento atual de ataques às liberdades e direitos que sempre caracterizaram o Estado Democrático de Direito.

A aliança entre os conservadores e demais representantes da classe dominante no Congresso Nacional é empenhada em alterar os marcos legais, que garantem a soberania e permitem ampliar os direitos, a dignidade e as condições de vida. Os mais atacados são os direitos do trabalho, dos jovens, principalmente da juventude negra, das populações indígenas, das mulheres e dos LGBTs.

As mulheres serão ainda impactadas com a aprovação dos projetos de leis que excluem do ambiente escolar a reflexão sobre gênero; criminalizam o aborto, mesmo nas situações reconhecidas pela legislação atual; reduzem e congelam por 20 anos o financiamento dos serviços públicos, inclusive o SUS; a reforma da previdência, que amplia em 10 anos o seu tempo de contribuição e torna cada vez mais distante o direito da aposentadoria. No mundo do trabalho, as mulheres já são as mais atingidas pelo desemprego e

baixos salários. Porém, suas dificuldades serão ampliadas com a reforma trabalhista proposta pelo governo, que altera o conceito de jornada e flexibiliza as garantias, além da precarização, em decorrência da aprovação do projeto de lei 4330. O agravamento da crise econômica e a redução do Estado garantidor transferem ao espaço doméstico as tarefas institucionais de cuidados com a infância e a velhice, o que, em uma sociedade ainda dominada pela cultura patriarcal machista, implica em sobrecarregar as mulheres, adiando e dificultando sua emancipação.

Por último, é preciso frisar o impacto negativo do fechamento da secretaria da mulher no atual governo, além da sub-representação feminina na composição dos ministérios e nas casas legislativas. A conquista da democracia e da ampliação dos direitos para as mulheres representam conquistas da luta por liberdade e justiça social, das quais não podemos e não devemos descuidar, nem permitir qualquer redução.

Mulheres negras, a mania de ter fé na vida



*Conceição de Maria

“A voz de minha filha, recolhe em si a fala e o ato. O ontem – o hoje – o agora...”

São essas vozes que ecoam desde o lamento da bisavó, da obediência da avó e da vida e da liberdade das filhas do Brasil atual. São vozes de denúncia das situações de exclusão. Assumir-se enquanto mulher negra é assumir vários dilemas, raciais, gênero, sociais e políticos.

Com base em alguns fatores históricos, faremos uma viagem para entender a trajetória da mulher negra no Brasil:

Em 1935, ocorre a eleição de Antonieta Barros, primeira deputada negra do país, em Florianópolis. No entanto, o golpe do Estado Novo e o fechamento do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas provocaram o encerramento de seu mandato. Os movimentos feminista e negro ressurgem no Brasil em meados dos anos 70, com os eixos da luta pela democracia, pela desigualdade social e a conquista pela cidadania.

A presença mais organizada das mulheres negras do movimento feminista se dá a partir de 1985. Ao longo desses anos, foram realizados Encontros Nacionais, o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN), em 1988; a criação da Secretaria de Políticas de Igualdade Racial, Conferências Nacionais, Criação do Estatuto de Igualdade Racial, Participação das mulheres no movimento sindical, popular e negro, e criação das Secretarias de Combate ao Racismo nas Centrais.

A luta pela igualdade racial no Brasil é histórica. Foram lutas intensas para as conquistas e avanços, e atualmente surgem os ataques e retrocessos promovidos por conservadores, com o objetivo de limitar o movimento, negar a teoria do feminismo e desconstruir os valores. As bandeiras de luta têm sido importantes para o acúmulo do debate e discussão em diversos campos, na realização das ações afirmativas contra a esterilização em massa, doenças como hipertensão e anemia falciforme, combate à violência sexista e racial. Há um longo caminho a percorrer em marcha para uma política igualitária de direitos.

A viagem não termina aqui, ela segue diante do processo de organização pela questão étnica e racial e em busca de conhecimento da verdadeira identidade. Podemos considerar que as mulheres negras não são as mesmas, assim como todas nós não somos as mesmas.

*Diretora do Dep. de Formação do Sindipetro-NF, Membro do Coletivo Nacional de Mulheres Petroleiras

A reforma da previdência e a mulher

Emenda à Constituição Federal (PEC 287/16)



Para **Marise Sansão**, presidente da Federação das Associações de Aposentados, Pensionistas e Idosos do Estado da Bahia – FEASAPEB, a reforma da Previdência é extremamente nociva ao segmento que doa anos e anos de vida laboral para o desenvolvimento do país, sua sobrevivência pessoal, e uma melhor qualidade de vida para a sua família. O trabalhador em atividade sofrerá grandes perdas, em uma crueldade de medidas que tiram toda a sua dignidade como ser humano.

“A mulher será a mais prejudicada com essa reforma descabida do Governo, igualando-se aos homens na idade mínima de aposentadoria com 65 anos. Não é levado em consideração que a trabalhadora ganha menos exercendo a mesma função do trabalhador e, além disso, possui dupla jornada diária no trabalho, cuida da casa, do marido, dos filhos e de toda a família.”

Ao equiparar mulheres e homens, a PEC 287 ignora a jornada maior de trabalho das mulheres, que ultrapassa a dos ho-

mens em mais de 5 horas semanais, segundo IBGE.

Outro ponto injusto que Marise enfatiza é a contribuinte não poder mais acumular aposentadoria com a pensão. “A maioria das pensionistas ganha um Salário Mínimo, que não cobre nem 50% dos gastos mensais com a família, o benefício deixado pelos seus maridos completa a renda para ajudar nos gastos com planos de saúde, medicamentos de uso contínuo para o controle de doenças adquiridas com o avançar da idade; alimentação, moradia, estudos de filhos e netos.”

O trabalhador (a) rural que nos abastece de vida com sua atuação na lavoura, na agricultura, em situações de extrema insalubridade, no sol, chuva e outras intempéries, terá que contribuir agora mesmo com alíquota mais baixa, e terá tempo mínimo de contribuição de 25 anos e 65 anos de idade.

O segmento de aposentados, pensionistas e idosos é contra a Reforma da Previdência, e está executando atos públicos de protesto em todo o país. É preciso reagir e dizer NÃO a essa Reforma que representa o FIM da Previdência Social, que é um remendo e que retira direitos do trabalhador e do segmento de aposentados, pensionistas e idosos.

O déficit, o ROMBO da Previdência no Brasil, é uma falácia, uma mentira. Todos sabem que ela é superavitária.

O que é URGENTE:

Realizar AUDITORIA nas contas da Previdência. Divulgar os recursos públicos e destinações. A própria UNIÃO não cumpre a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527); Criar um Fundo Previdenciário para garantir os pagamentos dos benefícios formados pelo superávit atual, pela venda de imóveis de propriedade da Previdência, pelo recebimento das dívidas, sonegações, das renúncias fiscais, e outras isenções; Queremos a devolução do nosso Ministério, que existe há 94 anos.

O posicionamento da OAB (Nacional) CNBB, COBAP, ANFIP, SINDIPETRO, CUT, FEASAPEB e outros:

Contra a Reforma da Previdência;

Contra a desvinculação das pensões por morte do salário mínimo. Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao SM (Redação da Emenda Constitucional nº 20 de 1998). Os nossos direitos estão sendo feridos à custa de “barganhas” que só interessam ao governo e aos grandes grupos econômicos. Isso não é REFORMA, é retirada e extinção de direitos. Vamos à luta, às ruas! Unidos impediremos que essa reforma truculenta, cruel, desleal e irresponsável seja votada e aprovada.

Por tudo isso, a FEASAPEB exige a suspensão da PEC 287 para que a Sociedade discuta e construa alternativas que possam melhorar o Sistema, ampliar os direitos, dar-lhe transparência e impedir os retrocessos.



PROJETO UBUNTU Uma realização da CNQ Eu Sou, Porque Nós Somos.



O Projeto Ubuntu é um espaço de formação onde estamos desenvolvendo uma nova forma de qualificação de dirigentes. Entre os objetivos do Projeto está a capacitação da mulher trabalhadora, com alta percepção de si mesma e seus compromissos enquanto seres comprometidos para tornar esse mundo melhor; provocar a reflexão sobre a história da humanidade, do sindicato, da própria história de vida da cursista; espaço onde refletimos a vida no planeta, a saúde do ser Integral, considerando que todos somos formados pelos corpos físico, mental, emocional e espiritual; capacitação para participação nas negociações coletivas; capacitação para estar na direção do movimento sindical, partidário e social; em todos os momentos buscamos provocar nas participantes um olhar para seu autoconhecimento, compromisso com seu próprio crescimento individual e coletivo.



Programação

Encontro Nacional de Mulheres Petroleiras

Sexta Feira dia 07 de abril:

- Pela manhã, 6h, atividade na frente da Repar e Fafen PR;
- 19h mesa de abertura e saudação na sede do Sinquímica;

Sábado dia 08 de abril:

- 8h credenciamento na sede do Sindipetro;
- 8h 30 min mística de abertura dos trabalhos;
- 9h painel: Gênero e Construção Social;
- 10h 30 min painel: Violências e Feminicídio
- 12h almoço;
- 13h painel: Avanço do conservadorismo;
- 15h 30 min painel: Reforma da Previdência;
- 17h Oficina Ubuntu
- 19h Confraternização

Domingo dia 09 de abril pela manhã no Sindipetro:

- 8h 30 min Apresentação da Ação Social do Coletivo de Mulheres Petroleiras do PR e SC;
- 9h Mesa de Encaminhamentos;
- 12h Término do evento e retorno para casa, bem mais empoderadas!



O Projeto é realizado em seis módulos, onde cada módulo trata de um tema específico. O grande diferencial desse projeto é o encontro de Mulheres de vários estados e de vários setores do ramo para que juntas possam discutir sobre as políticas de igualdade, de organização, participação, solidariedade e paridade. Uma discussão com maturidade, responsabilidade e, acima de tudo, com muito respeito e amor, onde elas em conjunto consigam uma ajudar as outras, cada uma em seu momento de crescimento e autoconhecimento e tornando-se pessoas melhores em seu sindicato, família e vida.

A simbologia e o significado da palavra Ubuntu, “Eu Sou, Porque Nós Somos” é o grande desafio do projeto de formação do ramo químico da CUT. UBUNTU para os africanos é a capacidade humana de compreender, aceitar e tratar bem o outro, uma ideia semelhante ao amor ao próximo. UBUNTU significa generosidade, solidariedade, compaixão com os necessitados, e o desejo sincero de felicidade e harmonia entre as mulheres e os homens.

Acreditamos no potencial humano e apostamos que essas mulheres despertarão para a necessidade de construir sua autonomia e empoderamento. Assim, se fortaleçam e possam conduzir de forma responsável, solidária e – principalmente - amorosa o trabalho sindical nas suas entidades.

Algumas das nossas conquistas



- Política de Saúde**
- Licença Paternidade**
- Abonos para mães lactantes**
- Diversidade**
- Uniformes Femininos**
- Diária hospitalar de acompanhante**
- Extensão da Licença maternidade**